



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH
CAMPUS VI - CAETITÉ
COLEGIADO DE HISTÓRIA**

ALANDA CARNEIRO BATISTA

**HERANÇAS DO SERTÃO: A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
ARQUEOLÓGICO NO MORRO DO SERROTE**

**CAETITÉ – BA
2025**

ALANDA CARNEIRO BATISTA

**HERANÇAS DO SERTÃO: A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
ARQUEOLÓGICO NO MORRO DO SERROTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade do Estado da Bahia – Departamento de
Ciências Humanas Campus VI, como requisito para
obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador (a): Prof^a. Dr^a. Lielva Azevedo Aguiar

Coorientador(a): Me. Juliana Freitas (MAE/USP)

**CAETITÉ – BA
2025**


ALANDA CARNEIRO BATISTA

**HERANÇAS DO SERTÃO: A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
ARQUEOLÓGICO NO MORRO DO SERROTE**

Trabalho de conclusão de curso aprovado pela banca examinadora para obtenção do grau de Licenciado(a) em História na Universidade do Estado da Bahia com nota: 10.


Caetité, 01 de dezembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **LIELVA AZEVEDO AGUIAR**
Data: 20/01/2026 11:24:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof^(a). Dr^(a). Lielva Azevedo Aguiar

Departamento de Ciências Humanas - CAMPUS VI - UNEB

Documento assinado digitalmente
 **JULIANA FREITAS**
Data: 20/01/2026 10:58:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Me(a) Juliana Freitas

Museu de Arqueologia e Etnologia - MAE/USP

Documento assinado digitalmente
 **CARLOS ALBERTO ETCHEVARNE**
Data: 20/01/2026 18:01:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^(a). Dr^(a). Carlos Alberto Etchevarne

Universidade Federal da Bahia - UFBA

Documento assinado digitalmente
 **IVALDO OSVALDO DUTRA**
Data: 20/01/2026 10:50:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^(a). Dr^(a). Nivaldo Osvaldo Dutra

Departamento de Ciências Humanas - CAMPUS VI – UNEB

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família, que em todos os momentos esteve presente, me apoiando e incentivando a realizá-lo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus por proporcionar viver essa experiência. Agradeço aos meus pais, Zildemar Bonfim Batista e Paulinete Gomes Carneiro, que, no decorrer desta jornada, sempre me apoiaram, incentivaram e criaram meios para que eu conseguisse alcançar tudo o que almejo em todas as esferas da minha vida, sendo o meu alicerce.

Ao meu parceiro, Luís Henrique Pereira Neves, por todo o seu apoio, por todo o seu amor e por sempre acreditar que eu conseguiria chegar até o fim e ser uma inspiração de determinação.

Ao meu irmão, Zildereli Carneiro Batista, e à minha irmã de coração, Viviane Cardoso Batista, que, independentemente de qualquer dificuldade, sempre estão presentes para me auxiliar.

Ao professor Zezito Rodrigues da Silva, o meu primeiro orientador a ver potencial em uma pesquisa referente aos sítios arqueológicos Morro do Serrote I e II.

À minha orientadora, Lielva Aguiar, que, desde a primeira disciplina de pesquisa histórica, viu meu trabalho com um grande potencial e me encorajou a seguir em frente.

À minha coorientadora, Juliana Freitas, que a todo instante me aconselhava e me encorajava sempre a continuar, a seguir em frente, com seus podcasts de conhecimentos.

A banca avaliadora, pelas as valiosas contribuições, apontamentos e pelo tempo cedido a este trabalho.

Agradeço, por fim, a todos que me apoiaram neste trabalho. Obrigada!

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar, ainda que de forma introdutória, a presença de populações originárias no território do Alto Sertão baiano, por meio de dois sítios arqueológicos existentes no município de Tanque Novo-BA, observando a importância da preservação do patrimônio arqueológico, discutindo as fragilidades das políticas públicas e a percepção da comunidade sobre seu valor cultural e histórico. Para tanto, foi feito um levantamento bibliográfico e documental (ficha de cadastro dos sítios arqueológicos, literatura acadêmica e relatórios técnicos de arqueologia preventiva, legislação, etc.); observações diretas realizadas nos sítios mediante visitas; abordagem etnográfica-participativa a partir da aplicação de questionário à população local. A análise dos dados possibilitou perceber que apesar dos moradores do município terem certo conhecimento sobre os sítios arqueológicos Morro do Serrote I e II, ainda há lacunas significativas referente à educação patrimonial e à conscientização coletiva. Ao observarmos como autoridades públicas tratam o patrimônio arqueológico - e o patrimônio cultural como um todo-, percebe-se a limitação das ações direcionadas à preservação e à valorização desses bens, gerada pela ausência de políticas públicas eficazes e de ações educativas contínuas voltadas ao pertencimento, sensibilização e identidade. Desta forma, proteger o patrimônio transcende a conservação, adaptando-se a esfera de salvaguardar a memória coletiva e reafirmar a identidade cultural de Tanque Novo, garantindo que as marcas do passado continuem a fazer parte do presente das futuras gerações.

Palavras-chave: Sítios Arqueológicos Morro do Serrote I e II; Patrimônio arqueológico; História Indígenas; Pinturas Rupestres.

ABSTRACT

The objective of this study was to analyze, albeit in an introductory way, the presence of indigenous populations in the Alto Sertão region of Bahia, through two archaeological sites located in the municipality of Tanque Novo-BA, observing the importance of preserving archaeological heritage, discussing the weaknesses of public policies, and the community's perception of its cultural and historical value. To this end, a bibliographic and documentary survey was conducted (registration forms for archaeological sites, academic literature and technical reports on preventive archaeology, legislation, etc.); direct observations were made at the sites through visits; and an ethnographic-participatory approach was employed through the application of a questionnaire to the local population. The data analysis revealed that, despite the municipality's residents having some knowledge about the Morro do Serrote I and II archaeological sites, there are still significant gaps regarding heritage education and collective awareness. When we observe how public authorities treat archaeological heritage – and cultural heritage as a whole – we perceive the limitations of actions aimed at preserving and valuing these assets, generated by the absence of effective public policies and continuous educational actions focused on belonging, awareness, and identity. Therefore, protecting heritage transcends conservation, adapting to the sphere of safeguarding collective memory and reaffirming the cultural identity of Tanque Novo, ensuring that the marks of the past continue to be part of the present for future generations.

Keywords: Morro do Serrote I and II archaeological sites; Archaeological heritage; Indigenous history ; Rock paintings.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO: | 11 |
| 2. HISTÓRIA INDÍGENA E ARTE RUPESTRE NO SERTÃO PRODUTIVO | 14 |
| 2.1 SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS MORRO DO SERROTE I E II | 16 |
| 2.2 NARRATIVAS DE PRESENÇA E APAGAMENTO HISTORIOGRÁFICO | 21 |
| 3. PATRIMÔNIO EM DISPUTA: ENTRE A PRESERVAÇÃO E A INTERVENÇÃO | 25 |
| 3.1 AS PICHAGENS E SUAS OUTRAS DIMENSÕES: DEGRADAÇÃO, APROPRIAÇÃO E PERTENCIMENTO..... | 29 |
| 4. RESSONÂNCIA SOCIAL E IDENTITÁRIA | 32 |
| 4.1 PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE: VOZES, SILÊNCIOS E MEMÓRIAS SOBRE OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NO MORRO DO SERROTE I E II COMO ESPAÇO DE AFIRMAÇÃO OU INDIFERENÇA; | 33 |
| 4.2 RESSONÂNCIA NA COMUNIDADE LOCAL | 34 |
| 5. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO DIÁLOGO | 35 |
| 5.1 REVIVENDO MEMÓRIAS: A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO PONTE DA NOSSA HERANÇA | 37 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 39 |
| ANEXO | 45 |

FIGURAS

| | |
|--|----|
| FIGURA 01 – Pintura Rupestre do Sítio Morro do Serrote I | 15 |
| FIGURA 02 – Pintura Rupestre do Sítio Morro do Serrote I | 15 |
| FIGURA 03 – Pintura Rupestre do Sítio Morro do Serrote I | 16 |
| FIGURA 04 – Pintura Rupestre do Sítio Morro do Serrote II | 17 |
| FIGURA 05 – Pintura Rupestre do Sítio Morro do Serrote II | 17 |
| FIGURA 06 – Pintura Rupestre do Sítio Morro do Serrote II | 17 |

GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 – Familiarização com os principais patrimônios históricos e culturais da cidade... | 19 |
| Gráfico 2 – Nível de conhecimento sobre o Sítio Arqueológico Morro do Serrote I e II como patrimônio arqueológico e material | 20 |
| Gráfico 3 – O patrimônio como elemento de influência na identidade local..... | 20 |
| Gráfico 4 – Percepção das autoridades locais quanto à prioridade dada ao patrimônio..... | 20 |
| Gráfico 5 – Grau de conhecimento da população sobre os desenhos rupestres..... | 21 |
| Gráfico 6 – O Sítio Arqueológico Morro do Serrote I e II como fonte de orgulho para a comunidade..... | 21 |

HERANÇAS DO SERTÃO: A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO MORRO DO SERROTE

Alanda Carneiro Batista¹

1. INTRODUÇÃO:

Este artigo visa analisar, de forma introdutória, a presença de populações originárias no território do Alto Sertão da Bahia² por meio de dois sítios arqueológicos, observando a importância da preservação do patrimônio arqueológico, discutindo as fragilidades das políticas públicas e a percepção da comunidade sobre seu valor cultural e histórico. Para tal, foi feito um levantamento bibliográfico e documental (ficha de cadastro dos sítios arqueológicos, literatura acadêmica e relatórios técnicos de arqueologia preventiva, legislação, etc.); observações diretas realizadas nos sítios por meio de visitas; abordagem etnográfica-participativa a partir da aplicação de questionário à população local.

Tal patrimônio é conformado pelos sítios arqueológicos situados no Morro do Serrote, localidade próxima à comunidade de Araçás, no município de Tanque Novo³, distante cerca de 766 km de Salvador, capital do Estado da Bahia. Somente nos últimos anos, esses bens vêm sofrendo certa descaracterização em razão de ações antrópicas, comprometendo os painéis rupestres, como, por exemplo, as pichações. Essas pinturas rupestres representam uma herança de coletivos humanos do passado e, por isso, devem ser transmitidas às gerações futuras.

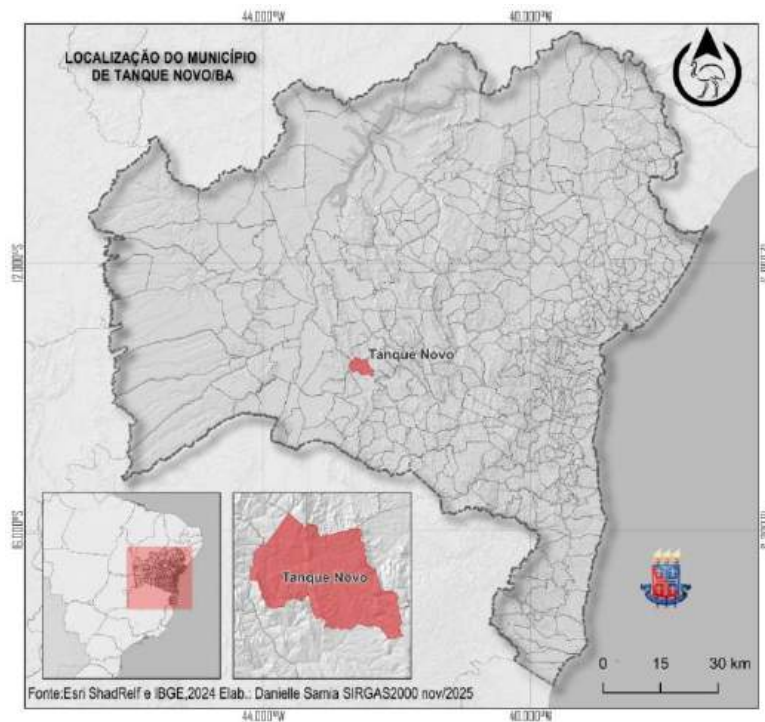
Mapa 01. Localização do município de Tanque Novo.

¹ Graduanda em História pela Universidade do Estado da Bahia- Campus VI. Email: alandacarneiro15@gmail.com

² Macroterritório definido pela historiografia regional, conforme discutido no trabalho de Neves (2003).

³ Tanque Novo é um dos vinte municípios que compõem o território do Sertão Produtivo. O nome do município surgiu a partir da abertura de um tanque, cujo responsável foi o senhor Prudenciano Alves Carneiro e seu filho, Cazuza Alves Carneiro. A partir dessa construção, a população passou a se referir ao local como “Tanque Novo”, substituindo a antiga denominação “Furado”.

O distrito de Tanque Novo anteriormente pertencia ao município de Macaúbas. No entanto, pela Lei Estadual nº 1.647, de 22 de março de 1962, foi transferido para integrar o município de Botuporã. Posteriormente, no ano de 1986, pela Lei Estadual nº 4.400, de 25 de fevereiro de 1985, o distrito de Tanque Novo foi elevado à categoria de município. Disponível em: [IBGE | Cidades@ | Bahia | Tanque Novo | História & Fotos](#). Acesso em 03 de novembro de 2025.



Fonte: Elaborado por Danielle Samia.

Os sítios Morro do Serrote I e II são de extrema importância para o município de Tanque Novo, pois, no território municipal, há uma ausência de patrimônio cultural material, sendo estes um dos poucos reconhecidos sob a ótica institucional. Deste modo, a preservação e a análise dos sítios arqueológicos, espera-se, que contribuirão para o enriquecimento da identidade e da história do município. Nesse sentido, esta pesquisa torna-se fundamental, uma vez que possibilita dar visibilidade para uma história da qual poucas pessoas tiveram contato ou acesso. Ressalta-se que, até o momento, não se conta com quaisquer pesquisas baseadas nos preceitos da história oral junto à comunidade, tampouco escavações arqueológicas realizadas nesses locais, reforçando a necessidade de estudos que possam contribuir para a dilatação do conhecimento acerca das populações responsáveis pelos registros rupestres identificados na área.

O estudo e preservação dos sítios no Morro do Serrote podem servir como base para iniciativas de valorização cultural, turismo e educação patrimonial, beneficiando diretamente a população local e fortalecendo o sentido de pertencimento em relação àquele lugar. Desta forma, o presente artigo visa demonstrar a importância cultural e histórica desses bens arqueológicos, a fim de chamar atenção para o fato de que a ausência de política pública patrimonial contribui para a degradação e a descaracterização desses sítios.

Entretanto, como podemos preservar um determinado patrimônio, sem conhecê-lo? Os moradores de Tanque Novo sabem da importância do local? Esse bem patrimonial tem ressonância em suas trajetórias de vida? Há uma ausência no coletivo que o envolve? Essas são algumas das questões que a pesquisa buscou responder.

A palavra patrimônio se origina do latim *patrimonium*, a junção das palavras *pater* (pai) e *monium* (recebido)⁴. Por isso, é caracterizado como sendo um conjunto de heranças de um indivíduo ou um coletivo, transmitido de geração a geração. O patrimônio é um espaço de memória, preservação de identidades e histórias, no entanto também é um espaço de disputa simbólica, pois, diferentes coletivos disputam o direito de definir quais memórias devem ser lembradas, celebradas ou questionadas na sociedade. Sob a perspectiva de Canclini (1994), o patrimônio não é neutro, ele reflete relações de poder e expõem como a sociedade, em específico as elites o trata e valoriza:

Os setores dominantes não só definem quais bens são superiores e merecem ser conservados, mas também dispõem dos meios econômicos e intelectuais, tempo de trabalho e de ócio, para imprimir a esses bens maior qualidade e refinamento (Canclini, 1994, p.93).

De acordo ainda com Saladino (2014), no Brasil, a construção e organização do patrimônio cultural correram via consolidação de valorações e naturalização de hierarquias. Bens culturais ligados às classes hegemônicas, como monumentos, igrejas históricas e obras de arte, receberam maior reconhecimento e proteção, enquanto as classes populares enfrentam entraves para valorizar e reconhecer seus patrimônios. Assim, determinados patrimônios não receberam mesma atenção ou investimento que outros bens culturais.

Todo esse quadro é perceptível pela forma como as narrativas indígenas foram esquecidas ou simplesmente ignoradas no decorrer do tempo. A antropóloga Manuela Carneiro Cunha aponta que “sabe-se pouco da história indígena: nem a origem, nem as cifras de população são seguras, muito menos o que realmente aconteceu” (Cunha, 1998, p. 11). Os sítios arqueológicos no Morro do Serrote, que atestam a presença indígena nesse território não foi uma exceção. Enquanto manifestações materiais resultantes de modos de vida das populações que ali habitaram, é visível o apagamento de sua história, bem como a ausência de esforços para sua preservação e salvaguarda por intermédio de políticas públicas.

⁴ Disponível em: Patrimônio Material e Imaterial - O que são? Diferenças e Exemplos (educacaonamao.com.br). Acesso em 13 de agosto de 2024

A inexistência de políticas públicas de preservação do patrimônio cultural voltadas aos sítios arqueológicos em tela, evidencia a ausência de valorização que compromete a identidade local e a conservação de uma herança histórica que poderia contribuir para o desenvolvimento cultural de Tanque Novo.

À luz de Decca (1981), a identidade é forjada com a memória dos vencedores, como no caso das populações indígenas, que foram, ao menos na narrativa que se consolidou, apresentadas como ‘vencidas’ no projeto colonial. Tanto é assim que os indígenas não aparecem na história oficial do município como populações que compõem a história local, pois considerar sua presença mostraria que as chamadas famílias pioneiras não têm, de fato, nada de pioneiras, evidenciando que a identidade local é construída a partir da memória de uma elite que silencia ou exclui outras vozes, reforçando uma visão parcial da história oficial. Desta forma, tornam-se significativas as narrativas das comunidades que mencionam descendências indígenas, como “a minha avó foi pega pelo laço” (Silva, 2018).

Essa “desigualdade estrutural” (Canclini, 1994, p. 98) limita o patrimônio cultural, social e a transmissão de heranças históricas. De acordo com Gonçalves, “apropriar-se é sinônimo de preservação e definição de uma identidade, o que significa dizer, no plano das narrativas nacionais, que uma nação se torna o que ela é na medida em que se apropria do seu patrimônio” (2002, p. 24). Ou seja, na medida em que a sociedade reconhece aquele bem patrimonial, a identidade nacional e sua memória se solidifica. Entretanto, quando a “desigualdade estrutural” (Canclini, 1994, p.98) limita esses reconhecimentos, resulta, na exclusão de coletivos sociais da construção da memória coletiva e nacional, produzindo uma identidade nacional parcial e hierarquizada. Abrindo margem para que grupos dominantes acabam decidindo sozinhos o que deve ser preservado, valorizado e contado (Lima, 2007).

Para a arqueóloga Edna June Morley *apud* Migliacio (2002, p.64), “a história da cultura de uma sociedade está, naturalmente, relacionada de modo direto à preservação de sua memória”. Isso demonstra que a preservação do patrimônio não é apenas uma prática cultural, mas um processo social, político e simbólico, que envolve disputas de poder, memória e representação.

2. HISTÓRIA INDÍGENA E ARTE RUPESTRE NO SERTÃO PRODUTIVO

Segundo Stuchi (2024), no passado, o território americano era formado por diversas populações ameríndias, também conhecidas como populações indígenas ou os chamados

povos originários. Contudo, com a chegada dos colonizadores, grande parcela desses povos foram exterminados, tanto pelas doenças trazidas, quanto pelos genocídios, conflitos por territórios ou escravização. Para o autor, no “Brasil, a invasão resultou em uma drástica redução populacional até o fim da década de 1970, o que era visto, à época, como uma contingência histórica inevitável” (Stuchi, 2024, p.25). Nos sertões baianos, os indígenas sofreram contatos violentos e sistemáticos com os europeus. Segundo Dantas (1998), essas populações viviam, inicialmente, em aldeamentos ou eram aldeadas, enquanto muitos grupos circulavam amplamente pelos sertões.

Manuela Carneiro da Cunha (1998) evidencia que a colonização foi profundamente prejudicial aos povos indígenas, pois, além da exterminação física, esses povos foram silenciados enquanto agentes históricos e culturais. Como destaca Stuchi (2024), o abandono forçado de suas práticas, de sua cultura e de sua própria história resultou no apagamento de suas trajetórias históricas e culturais.

Assim, buscando compreender mais profundamente os processos de transformação dessas sociedades, recorrendo a fontes textuais, dados arqueológicos e ao esforço de construir uma história indígena mais próxima da realidade, a fim de envolver e respeitar as vozes e tradições desses povos, surgiu a Etno-História. Na concepção de Bruce G. Trigger, *apud* Oliveria (2003), essa área surgiu a partir da antropologia cultural e da história, tentando diminuir os impactos causados pelas amarras colonizadoras. Os primeiros movimentos da Etno-história foram efetuados por antropólogos e, com o tempo, ingressaram também vários historiadores, geógrafos e arqueólogos (Cavalcante, 2011).

Para o embasamento da presente pesquisa, esta adentra a História indígena. Como o campo de pesquisa no Brasil ainda é recente, Oliveria (2003) relata que esta área ficou evidente no 22º Simpósio Nacional de História, executada em 2003, quando, pela primeira vez, ocorreu apresentação de especialistas. Isso evidencia uma supressão da história indígena. Principalmente em comparação a outros campos da história, no Brasil a História Indígena ainda conta com poucas pesquisas.

A História Indígena vem passando por diversas transformações desde a década de 1990, orientada pela metodologia Etno-histórica (Trigger, 1982, *apud* Cavalcante, 2011). No Brasil, a Constituição de 1988 marcou um ponto de inflexão ao garantir importantes conquistas aos povos indígenas e estimular um expressivo aumento na produção de pesquisas voltadas às suas narrativas, contribuindo para a renovação da historiografia sobre os povos originários. Desde a chegada dos colonizadores em 1500, há uma série de discursos sobre os

indígenas elaborada por europeus (Monteiro, 1995), e grande parte dessas narrativas conduz estereótipos negativos sobre os povos originários.

Conforme Cavalcante (2011), a partir de 1990 os estudos sobre os povos originários no Brasil tiveram um grande aumento, marcados principalmente pelo grande número de trabalhos publicados, como teses e dissertações em diversos programas de pós-graduação brasileiros. O marco foi a partir da publicação do livro "*História dos índios no Brasil*", de Manuela Carneiro da Cunha, na década de 1990. Essa obra traz uma série de estudos sobre os povos indígenas realizados por meio do Núcleo de História Indígena e Indigenismo (NHII) na USP, também da UFRJ, da Universidade Estadual de Campinas, da Universidade de Sergipe e da UFBA

A historiografia indígena vem se estruturando, trazendo não somente trabalhos acadêmicos, mas também narrativas dos próprios povos originários, seja mediante de fontes escritas ou orais. Cunha cita que “ao contrário, cabe restabelecer a importância da memória indígena, transmitida por tradição oral, recolhendo-a, dando-lhe voz e legitimidade em justiça” (1992, p.22).

Outro campo que contribui para o enriquecimento da história dos povos originários é a arqueologia. De acordo com Funari, “a arqueologia estuda, diretamente, a totalidade material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico” (2003.p15), portanto, é um dos campos de estudo sobre as culturas e sociedades humanas no decorrer dos períodos históricos do presente e do passado. A arqueologia à luz de Funari (2003) por muito tempo esteve ligada a uma visão tradicional, que apresentava o objetivo de estudo vinculado unicamente a atividades deixadas por populações humanas do passado.

Já para Freitas (2019), a arqueologia deve ser vista como o estudo das sociedades do passado recente ou remoto e de suas materialidades. A autora ainda destaca a importância de valorizar as diversas vozes e experiências de grupos sociais na construção do conhecimento, especificamente no campo arqueológico, para que assim possa ser adotada uma postura mais inclusiva, considerando não unicamente trabalhos acadêmicos, mas também narrativas locais e subjetivas.

2.1 Sítios arqueológicos Morro do Serrote I e II

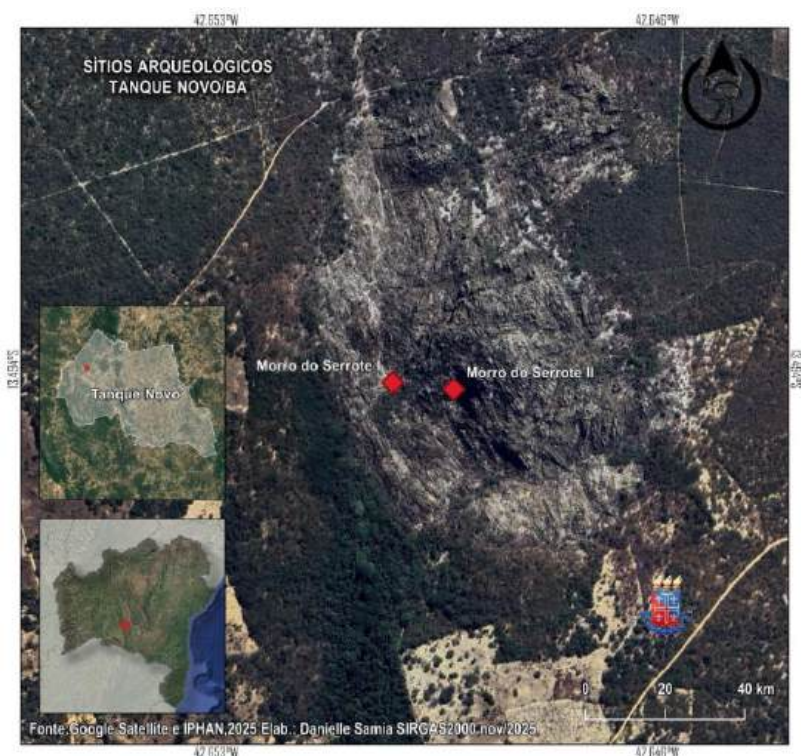
A arte rupestre é um dos mais importantes vestígios pré-coloniais e são formadas por

conjuntos de representações gráficas. Isnardis destaca que os autores dessas artes escolheram de forma esquematizada o local, onde seriam produzidas;

ainda que o cenário natural tenha sofrido alterações desde que as pinturas e gravuras foram realizadas, alterações pela própria dinâmica do relevo, do clima e de outros fatores, e alterações de origem antrópica, ao analisarmos os sítios com grafismos rupestres podemos observar sistematicamente diversos elementos que foram considerados pelos seus autores no momento de suas escolhas quanto à onde pintar e o que pintar (Isnardis, 2010, p.44).

Os registros rupestres são encontrados em abrigos, grutas e lajedos rochosos em várias regiões do país (Etchevarne, 2006). Sobre o estado da Bahia, Etchevarne (2006) demonstra que o território estadual apresenta um dos maiores acervos rupestres do Brasil, principalmente na Chapada Diamantina, região próxima à área em que os sítios arqueológicos Morro do Serrote I e II estão geograficamente situados. Ainda que não se conte com datação para os contextos em questão, o Morro do Serrote I e II são classificados como sítios pré-coloniais, ou seja, relacionados a uma cronologia anterior à chegada dos colonizadores (Etchevarne, 2011, p.167). Sob a ótica de Etchevarne “os grafismos (conjuntos de signos visuais) testemunham sobre um modo singular de perceber e apreender a natureza, o território e os próprios grupos humanos” (2006, p.04).

Mapa 02: Localização dos sítios arqueológicos no Morro do Serrote I e II



Fonte: Elaborado por Danielle Samia.

Em conformidade com Comerlato (2008), “o sítio Morro do Serrote I de sigla “MS” (UTM 23L 0754384 / 8507042 – DATUM SAD69), está instalado numa formação de serras com este mesmo nome” (2008, p174). O sítio é um pequeno abrigo em formato de cogumelo (Comerlato, 2008), o qual os moradores locais o nomeiam de “pedra do jegue”, por ter um formato muito próxima a face do animal. Viana (2016) explana que para a produção das artes rupestres, eram utilizados dois métodos; o gravado que ocorre em desgaste da superfície rochosa, enquanto, o pintado é feito com pigmentos coloridos, por meio dos dedos, sopros ou carimbos. No caso das pinturas rupestres do sítio Morro do Serrote I, segundo Comerlato (2008), estão registradas em superfícies de arenito silicificado, feitas a dedo e com coloração em vermelho ou amarelo. Como é possível observar nas figuras 01, 02 e 03, a seguir, as pinturas são constituídas por representações geométricas (figura 01) e motivos zoomorfos (figuras 02 e 03), entre os quais se destaca a figura indicada como a de um veado (figura 04).

Figura 01: Painele Rupestre do Sítio Morro do Serrote I.



Fonte: Acervo de Lucas Oliveira, 2023.

Figura 02: Painel Rupestre do Sítio Morro do Serrote I



Fonte: Acervo de Lucas Oliveira, 2023.

Figura 03: Painel Rupestre do Sítio Morro do Serrote I.



Fonte: Acervo de Lucas Oliveira, 2023.

O segundo sítio arqueológico trata-se do Morro do Serrote II, “sigla “MR” (UTM 23L 0754485 / 8507022 – DATUM SAD69) (Comerlato, 2008, p.167). No entanto, este fica localizado em uma segunda formação rochosa nessa área, embora mais isolado. De acordo

com Comerlato, o “sítio encontra-se na feição da serra de composição calcária, situado a média vertente em parte numa cavidade lateral a serra” (Comerlato, 2008, p.167). Ainda que não esteja localizado nas proximidades do lago, área comumente visitada por turistas, como ocorre com o sítio arqueológico Morro do Serrote I, este sítio apresenta igualmente pinturas rupestres feitas com os dedos com coloração em vermelho ou amarelo. Contudo, no que se refere aos motivos representados, distingue-se por conter exclusivamente elementos geométricos (Comerlato, 2008).

Figura 04:Painel Rupestre do Sítio Morro do Serrote II.



Fonte: Acervo de Lucas Oliveira, 2023.

Figura 05:Painel Rupestre do Sítio Morro do Serrote II.



Os painéis rupestres constantes das figuras 04 e 05 estão localizadas dentro do abrigo sobre rocha. Comerlato descreve que “as pinturas são bastante rarefeitas, seja pelo próprio processo de degradação da rocha ou pela pouca possibilidade de áreas passíveis de representação, com superfícies planas” (2008, p.167), assim como indica a possibilidade de que, por estarem localizadas no interior da formação rochosa, em áreas mais isoladas e menos expostas à ação antrópica, na atualidade, as cores das pinturas rupestres se encontram mais conservadas.

Para Etchevarne (2006), por mais que não conseguimos conhecer o verdadeiro significado dessas pinturas, nem seus objetivos ou a razão das formas pintadas, estes sinais foram criados para durar e serem vistos, ou seja, transmitir ideias e mensagens para outros. Com base nesse entendimento, pode-se dizer que as pinturas rupestres de ambos os sítios retratam formas simbólicas indeterminadas, e que expressam aspectos culturais e do cotidiano das populações pré-coloniais da região, podendo estar relacionadas a ritos ou crenças.

Cabe destacar que, as informações presentes no trabalho de Comerlato (2008), encontram-se ratificadas nas fichas de cadastro dos sítios, disponibilizadas no banco de dados do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA/SGPA), pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Portanto, trata-se de sítios arqueológicos que apresentam um contexto de exposição em abrigo sob rocha, sem a identificação até o momento de vestígios arqueológicos móveis, porventura dispostos em superfície ou em profundidade.

2.2 Narrativas de presença e apagamento historiográfico

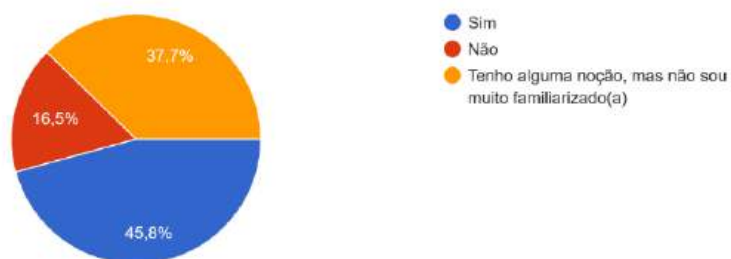
Para um melhor embasamento sobre a importância dos sítios Morro do Serrote I e II, buscamos analisar se os moradores do município de Tanque Novo sabem da importância desses, em específicos sobre os dois sítios mencionados. Para tanto, foi realizada a aplicação de um questionário dentre diferentes segmentos sociais do município, a fim de englobar todas as esferas e faixas etárias. A aplicação da pesquisa foi feita pelo Google Forms, compartilhado pelo Instagram e Whatsapp, de forma presencial em escolas de ensino Fundamental II e Médio, nos turnos vespertinos, matutino e Educação de Jovens e Adultos, além da feira do município, que acontece toda segunda-feira e terça-feira. Como resultado de sua execução, o questionário obteve resposta por 236 pessoas.

Seguindo, dividimos em quatro faixas etárias; 10 até 20 anos – 21 até 40 anos – 41 até 60 anos e acima de 60 anos, para englobar grande parte da sociedade local. Além disso, a segmentação permitiu observar como cada grupo reagiu ao tema e, como de fato, está ocorrendo educação patrimonial na cidade. Ao analisarmos a primeira faixa etária observamos como a presença ou ausência da educação patrimonial influenciou a percepção dos jovens adultos, segunda faixa etária, se possuem um senso histórico e patrimonial ou desconhecem. Grande parte do público que respondeu à pesquisa foi entre 10 e 20 anos, correspondendo a 45,3% (107). Logo após, veio o público de 21 a 40, com 34,3% (81), a faixa etária 41 a 60 anos corresponde a 11,9% (28 pessoas) e acima de 60 anos teve como participante 8,5% (20 pessoas).

Os dados obtidos ocorreram por diversos fatores. O primeiro fator, foi que os dados coletados entre os jovens foram maiores, devido o contato que tive durante o estágio de História quando consegui aplicar os questionários com os estudantes. O segundo público, de jovens adultos, teve este alcance devido as redes sociais, fiz diversas publicações no período que o formulário estava aberto. O terceiro percentual, faixa etária 41 a 60 anos, ocorreu de forma presencial, com entrevistas nas férias e em visitas domiciliares. Essa parte foi mais desafiadora, por ser mais difícil encontrar pessoas que estavam dispostos a preencher o questionário. Por fim, as pessoas que tinham acima de 60 anos, foi mais trabalhoso, pois muitos desconheciam os conceitos, como arqueologia, bem como não sabiam da existência deste patrimônio e nem que existiam pinturas rupestres.

A segunda pergunta formulada foi; “Há quanto tempo você mora ou frequenta o município de Tanque Novo?”. Tal questão se mostrou relevante para compreender o grau de vínculo afetivo e cultural com o local. Observa-se que 73,3% (173 pessoas) sempre frequentaram, o que reforça a possibilidade de maior familiaridade com os elementos históricos e culturais locais, 18,2% (43 pessoas) moram há mais de 10 anos, 6,4% (15 pessoas) viveram de 6 a 10 anos e até 5 anos apenas 2,1% (5 pessoas) moram na cidade. Esse tempo de permanência pode influenciar diretamente na forma como os indivíduos percebem e se relacionam com os sítios arqueológicos, sobretudo no que diz respeito ao sentimento de pertencimento, identidade cultural e à valorização do patrimônio. No gráfico a seguir, averiguamos se de fato esse tempo de residência na cidade influencia os três fatores já citados; pertencimento, identidade cultural e valorização do patrimônio.

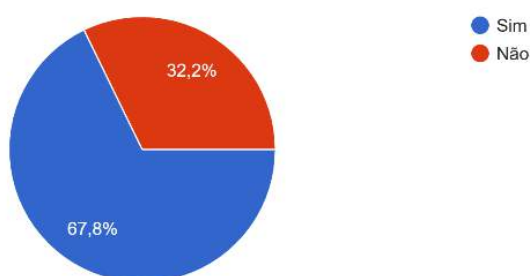
Gráfico 1 – Familiarização os patrimônios históricos ou culturais da cidade.



Fonte: Questionário aplicado, 2025.

A partir desse gráfico, foi evidente que 45,8% (107) da população diz saber sobre esses principais patrimônios, enquanto 37,7% (89) dizem ter alguma noção, mas não estão familiarizadas com esses bens culturais, sendo que, desses 40 % ainda estão cursando o Ensino Médio ou o Ensino Fundamental II (de 10 a 20 anos). Além disso dos 16,5% (39) diz não saber sobre os patrimônios históricos da cidade.

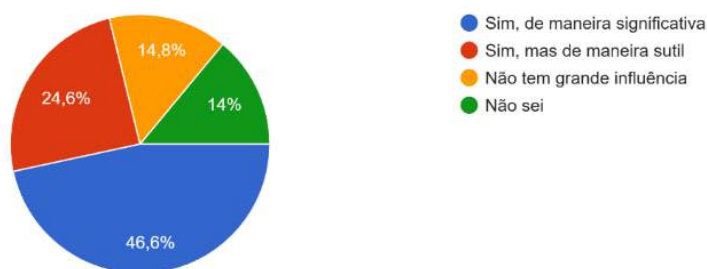
Gráfico 2 – Nível de conhecimento do sítio arqueológico Morro do Serrote I e II ser um patrimônio arqueológico e material



Fonte: Questionário aplicado, 2025.

Saber o nível de compreensão da população sobre os sítios arqueológicos serem um patrimônio arqueológico e material é imprescindível. O gráfico mostra que a maioria dos entrevistados, 67,8% (160 pessoas), sabe que os sítios Morro do Serrote I e II são um patrimônio arqueológico e material, enquanto 32,2% (76 pessoas) afirmaram não saber que os sítios assim os são.

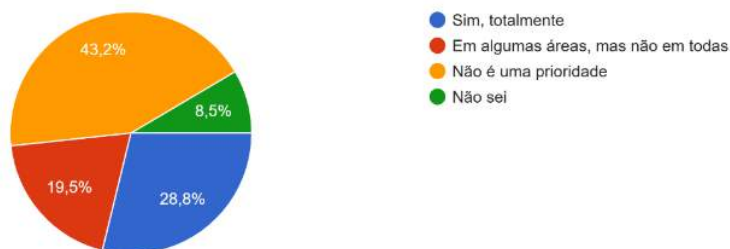
Gráfico 3 – O patrimônio como a gente na influência da identidade local



Fonte: Questionário aplicado, 2025.

Apesar de quase metade dos entrevistados (46,6%) reconhecerem que os sítios arqueológicos do Morro do Serrote I e II tem influência significativa na identidade, para 24,6% tem uma sutil influencia e 14,8 % que não percebem grande influência do patrimônio, 14% que afirmam não saber responder.

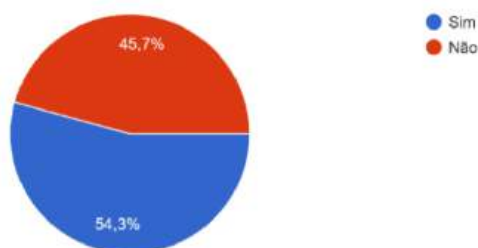
Gráfico 4 – As autoridades locais veem o patrimônio como prioridade



Fonte: Questionário aplicado, 2025.

O gráfico demonstra que a maioria dos participantes (43,2%) acredita que a preservação do patrimônio arqueológico no Morro do Serrote não é uma prioridade para as autoridades locais. Além disso, 19,5% responderam que são prioridade em algumas áreas, mas não em todas. Apenas 28,8% acreditam que a gestão tem um comprometimento, ao mesmo tempo 8,5% afirmaram não saber.

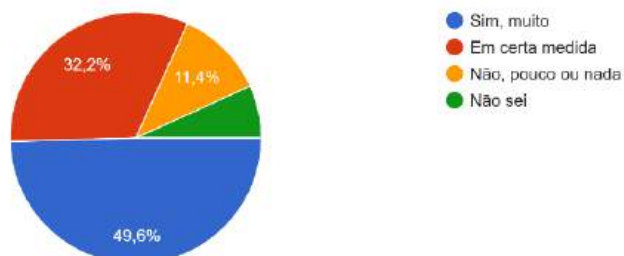
Gráfico 5 – Conhecimento da população sobre os desenhos rupestres



Fonte: Questionário aplicado, 2025.

Os dados revelam que 45,7% dos entrevistados não sabiam que os sítios arqueológicos Morro do Serrote I e II possuem pinturas rupestres que comprovam a presença indígena anterior à chegada dos portugueses, no mesmo tempo em que a maioria 54,3% afirma saber.

Gráfico 6 – O sítio arqueológico Morro do Serrote I e II como fonte de orgulho



Fonte: Questionário aplicado, 2025.

Os dados mostram que 49,6% afirmaram que o patrimônio arqueológico é um lugar de importância para os moradores o município. Outrossim, 32,2% afirmaram que, em certa medida, consideram o bem uma fonte de orgulho. Os 11,4% responderam que não consideram o bem uma fonte de orgulho. Os restantes, 6,8% não souberam responder.

3. PATRIMÔNIO EM DISPUTA: ENTRE A PRESERVAÇÃO E A INTERVENÇÃO

Lima narra que preservar significa manter vivo aquilo que veio do passado, por meio de objetos, tradições, lugares ou histórias, permitindo que as pessoas de hoje possam se conectar com ele de maneira significativa e, desta maneira, ajudar a evitar o desenraizamento e o esfacelamento do patrimônio. Deste modo, conhecer a legislação que rege os patrimônios arqueológicos é vital, para manter o passado vivo no presente (Lima, 2007).

Na concepção da Carta de Lausanne, Art. 1º, o patrimônio arqueológico está inserido na esfera dos patrimônios materiais. Os métodos arqueológicos fornecem os conhecimentos primários. Sendo que estes englobam todos os vestígios da existência humana e todos os lugares com indícios de atividade humanas, independentemente do recinto, estruturas ou dos vestígios deixados, em superfície, no subsolo ou sob as águas, como os materiais a eles associados. (Lausanne, 1990).

O patrimônio arqueológico é caracterizado como um conjunto de bens acautelados em âmbito federal, sendo dividido em duas categorias; os bens moveis, como o próprio nome indica, caracterizados por sua mobilidade e podem ser representados por peças avulsas,

coleções e acervos, e os imóveis, que são fixos (Leal, 2025). Os sítios arqueológicos, como os sítios arqueológicos Morro do Serrote I e II, estão dentro dessa categoria de bens arqueológicos imóveis, e como exposto anteriormente, sem pesquisas aprofundadas que possibilitariam evidenciar a presença de bens móveis no local.

Ainda, a Carta de Lausanne (1990) expõe que o patrimônio arqueológico faz parte de um testemunho essencial para atividades humanas do passado. Tornando sua proteção extremamente importante para as gerações presentes e as futuras. A priori, como alude Saladino (2014), só foi criado um setor específico para o patrimônio arqueológico em 1979, evidenciando um atraso nas políticas públicas de preservação desse patrimônio. Este fator que pode estar relacionado ao que já foi citado no início deste trabalho, pois, como expõem Saladino (2014), durante a construção e organização do patrimônio cultural ocorreu uma naturalização de hierarquias. Nessa perceptiva “o Brasil absorveu e transformou o discurso do patrimônio cultural forjado no Ocidente” (Saladino,2014, p.45). Ou seja, o país se inspirou em uma cultura europeia, deixando de lado muitas outras culturas, como a indígena, cuja relevância é fundamental para a arqueologia, tanto pelo registro material quanto pela continuidade histórica desses povos.

Na contemporaneidade, o IPHAN “é responsável pela gestão do patrimônio arqueológico e sua proteção é garantida pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Leal, 2025, p.16). Sob a ótica da Carta Magna de 1988 em seu art. 216;

o patrimônio arqueológico como parte constituinte do patrimônio cultural brasileiro, impondo ao Poder Público, com a colaboração da comunidade, o dever de o proteger e o promover. A Constituição declarou ainda os sítios arqueológicos como bens da União em seu art. 20, sendo de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger os sítios arqueológicos, bem como impedir sua evasão, destruição e mutilação, conforme o art. 23, incisos III e IV. (Brasil, 1988, art. 216)

Desta forma, considerando as diretrizes da Portaria IPHAN nº 137/2016, que institui a Política Nacional de Educação Patrimonial, e da Portaria IPHAN nº 375/2018, que trata da gestão compartilhada do patrimônio arqueológico, bem como o disposto na Constituição Federal, mais precisamente no Art. 216, e na Lei nº 3.924/1961, que define os bens arqueológicos como patrimônio cultural da União e estabelece normas para sua proteção, e reconhecendo a responsabilidade das esferas federal, estadual e municipal na identificação, preservação, manutenção e divulgação do patrimônio arqueológico. Ademais, vale citar também que como informa Zanirato, a memória de uma sociedade “só pode ser assegurada se a necessidade de sua proteção for compreendida pela população” (2009, p.138). Portanto, o

legado deixado pelos povos originários nos sítios arqueológicos só será preservado se a sociedade entender e preservar esses bens.

Face ao exposto, sítios arqueológicos como o Morrote do Serrote I e II, narram a história de populações que viveram há muito tempo naquele espaço, e os quais já deveriam ter sido alvo de ações pelo poder público municipal, estadual e federal. Como expressa a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 23, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: “(...) III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos” (Brasil, 2022). Então, a existência de sítios arqueológicos em um determinado município impõe à gestão municipal a responsabilidade de promover políticas públicas voltadas à sua preservação, manutenção e divulgação, ainda que esses bens sejam, por lei, propriedade da União.

A própria Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, os sítios arqueológicos são reconhecidos como parte integrante do patrimônio cultural brasileiro. Como é reforçado na Lei nº 3.924/1961, ao declarar os bens arqueológicos como inalienáveis e imprescritíveis, de propriedade da União, mas cuja salvaguarda prática exige a atuação direta dos entes locais, especialmente no que se refere ao uso e ocupação do solo e à educação patrimonial.

No âmbito da disciplina de “Cultura documental e patrimonial I” ocorreu uma entrevista com o diretor de igualdade racial do município de Tanque Novo, a fim de compreender como está a preservação dos patrimônios locais. Durante a conversa, foi indagado ao diretor se “existem atualmente projetos educativos, culturais ou de turismo pedagógico desenvolvidos pela Secretaria em parceria com a comunidade local que envolvam os sítios arqueológicos existentes no território?”. A resposta do entrevistado foi que;

no momento não estão sendo implantamos esses projetos educativos, tanto pela falta de funcionários suficientes para tal intuito quanto pela falta de formação de uma equipe, no sentido de conhecimento ao que deve ser abordado em tais ações. As escolas municipais do entorno como a do próprio Murici, próxima dos sítios arqueológicos e a do CETTIN (estadual), fazem tais ações de forma pontual, não sendo algo que aconteça todo ano, mas assim que nos apropriarmos dos recursos advindos da Aldir Blanc faremos tais ações acontecerem, principalmente no que diz respeito a objetivos educativos, culturais e de turismo pedagógico⁵ (Silveira, 2025).

⁵ Entrevista feita com o diretor de igualdade racial: Adilton Gomes Silveira, em 07 de junho de 2025.

O que chama atenção é que, a princípio, o diretor aponta para uma ausência de profissionais especializados na área para atender essas necessidades, porém mesmo de forma espontânea, ainda acontece as aulas de campo, o que acaba gerando ações irregulares por parte dos estudantes, que devido à ausência de educação patrimonial sólida, não sabem como se comportar frente ao patrimônio arqueológico do município.

Etchevarne (2006, p.15) destaca que, dos agentes antrópicos que mais ameaçam o patrimônio arqueológico está “a visitação desordenada, a depredação deliberada [...]”. A visitação sem pessoas especializadas na área patrimonial e da preservação, resultar “na destruição dos sítios de arte rupestre” (Etchevarne, 2006, p.15). Não somente nas pinturas rupestres, mas também em seu entorno, pois, durante uma visita aos sítios arqueológicos presente no Morro do Serrote foi verificado a presença exacerbada de lixo na área (figura 06).

Figura 06: Lixo observado no entorno das formações rochosas no Morro do Serrote



Fonte: Acervo pessoal.

Deste modo, torna-se perceptível que a visita desordenada, sem o profissional da área, não só prejudica o patrimônio arqueológico, mas também o meio ambiente. Etchevarne expõem que “os agentes destrutivos de caráter antrópico ocorrem de maneira rápida e avassaladora. Por isto, o maior agente para a preservação dos sítios arqueológicos é você” (2006, p.15). Assim, é a partir da conscientização social que a degradação e descaracterização dos sítios poderá minimizada.

Seguindo a entrevista, há uma fala do diretor que é imprescindível de ser analisada. Quando perguntamos se “a gestão municipal enfrenta dificuldades para desenvolver e executar essas iniciativas?”, o diretor respondeu; “obstáculo que teremos é a questão da enorme

quantidade de donos das terras do Morro do Serrote, além dos patrimônios edificados da sede do município, que serão um entrave enorme quanto começarmos a implementar tais ações.” Mesmo que a presença de proprietários possa representar um desafio inicial, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, 1º, determina que o poder público, com a colaboração da comunidade, deve promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, independentemente de a propriedade ser particular. Além disso, o Decreto-Lei nº 25/1937, estabelece que o tombamento não retira o direito de propriedade, mas impõe deveres de conservação e uso compatível com a preservação do bem. Portanto, mesmo que a presença de vários donos seja um entrave ele não proíbe o município de criar leis de preservação dos sítios.

De acordo com a ficha de Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos CNSA/SGPA⁶ dos sítios feita em 2008, o grau de integridade do sítio arqueológico Morro do Serrote I era mais de 75%, e não apresentava fatores de destruição. O que mais chama atenção naquele momento era a ausência de vandalismo, principalmente por poluição do ambiente ou pichações. Todavia, atualmente, como pode ser observado nas figuras 03 e 06, essa não é mais a realidade local. Já no caso do sítio o Morro do Serrote II, o grau de integridade foi indicado como entre 25 e 75%, e, no momento do levantamento já possuía o vandalismo como fator de destruição.

Outro dado importante que atesta a ausência de incentivo municipal em preservar os sítios arqueológicos Morro do Serrote I e II, se dá através da opinião dos próprios moradores. Conforme apontado na pesquisa citada mais acima, quando indagamos “Você acredita que a preservação do patrimônio arqueológico Morro do Serrote é uma prioridade para as autoridades locais?” 43,2% dos entrevistados afirmaram que não é uma prioridade do município (vide o Gráfico 4). Essa reação da comunidade demonstram uma opinião coletiva da negligência do município em relação à conservação dos sítios arqueológicos Morro do Serrote I e II. Desta forma, é verificável que a ausência de políticas municipais e de educação patrimonial contínua é o principal motivo para que esse quadro de degradação se acentue.

3.1 As pichações e suas outras dimensões: degradação, apropriação e pertencimento.

Dentre os principais fatores que degradam o patrimônio arqueológico estão os agentes naturais, que nunca poderão ser controlados. Mediante deles o sítio se degradará gradual e lentamente (Etchevarne, 2006), por exemplo, através do sol e chuvas, mas há também os agentes antrópicos. Na concepção de Almeida, “os danos podem ser ocasionados de modo

⁶ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa>. Acesso em 04 de novembro 2025.

direto, como por riscos ou pichações, ou de modo indireto, pela execução de fogos nas proximidades de sítios, de forma que a fuligem da fumaça cubra os grafismos” (2022, p.16). Etchevarne ainda apresenta que a depredação pode ocorrer também pela “quebra de painéis e mesmo uso de explosivos em sua demolição, em busca de supostos tesouros escondidos”. (Etchevarne, 2006, p.15).

Almeida (2022) explica que o vandalismo por pichação é um dos estragos mais críticos que os sítios sofrem “porque tais danos são imensos, rápidos e de difícil reparação. A pichação de um sítio também exerce um efeito sinérgico sobre outros pichadores, criando um incentivo a novas pichações” (Almeida, 2022, p.03). Almeida narra que “os esforços de lidar com o vandalismo podem decorrer de ações de proteção, de recuperação, prioritariamente: proteção, através da criação de uma barreira física ao sítio” (2022, p.16). Ou seja, quando um sítio arqueológico é pichado, a forma mais eficaz de minimizar novos danos é evitar que eles ocorram novamente. Isso porque, em casos de vandalismo desse tipo, a recuperação é extremamente difícil e, muitas vezes, implica risco de descaracterização dos registros originais.

As pichações presentes nos sítios arqueológicos Morro do Serrote I e II são caracterizados pela cor preta (possivelmente feitas com carvão) e apresentam riscos, letras, nomes (identificáveis e não identificáveis), como apresentado na imagem abaixo (Figura 07), a partir da qual é possível identificar o nome “Isa”, localizada na formação rochosa intitulada como a “pedra do jegue”.

Figura 07: Presença de pichação no painel rupestre do sítio Morro do Serrote I.



Fonte: Acervo de Lucas Oliveira, 2023.

No sítio arqueológico Morro do Serrote II, por sua vez, é possível identificar nomes como “Ricardo, Fernando e Dan”, escritos no interior de um desenho em forma de coração. Ainda no local, é perceptível a presença de outros nomes como “Dete e Ernando” (Figura 08) também escritos em cor preta. É notório a presença de algumas pichações com formas geométricas como triângulos e linhas, na mesma tonalidade.

Figura 08: Presença de pichação no painel rupestre do sítio Morro do Serrote II.



Fonte: Acervo de Lucas Oliveira, 2023.

Figura 09: Presença de pichação no painel rupestre do sítio Morro do Serrote II.



Fonte: Acervo de Lucas Oliveira, 2023.

Enquanto as pinturas rupestres são vistas como patrimônio cultural, as pichações são frequentemente consideradas como vandalismo (Almeida, 2022). Porém, essas manifestações também podem estar ligadas a outros fatores como a apropriação e pertencimento, “as pichações podem nos dar, enquanto exemplo concreto, uma noção de quanto pode estar nos escapando e

de quão fragmentada é a visão que o registro gráfico de uma sociedade pode nos dar sobre ela” (Isnardis, 2015, p.161). Nesta perspectiva, as pichações representam um reflexo do cotidiano, evidenciando aquilo que por muito tempo passou despercebido. No caso dos sítios em questão, marcados pela ausência de políticas públicas e ações locais efetivas para a salvaguarda desses bens, as pichações pode ser um ponto de partida para ações educativas voltadas à sensibilização e à preservação patrimonial.

Para Isnardis (2016), as pichações são uma forma de representação de uma comunidade, ou seja, vozes, ideias e opiniões que ficam fora dos registros oficiais. Ambas revelam aspectos da cultura e identidade de um grupo, mesmo com objetivos dessemelhantes. As pinturas rupestres “mesmo sem procurar interpretação, elas permitem identificar os modos de vida de seus criadores” (PROUS, 1992 *apud* Justamand, 2014, p.161). Isnardis explica que “as pichações podem nos oferecer um caso concreto para refletirmos sobre a capacidade descritiva de noções como tema, tradição e estilo” (2015, p.161) de uma sociedade ou comunidade. Por isso, é notório que as pinturas rupestres e as pichações podem ser vistas como formas de expressão, pertencimento e apropriação de grupos distintos, que, ainda que com intenções diferentes, manifestam uma necessidade humana de marcar presença e de se comunicar.

Ainda em conformidade com o entendimento de Isnardis, “os valores mais cultivados pelos pichadores são os elementos que definem e dão grande parte do significado aos locais pichados, à escolha e ao modo de ocupação do suporte” (2015, p.160), evidenciando que a ação de pichar está relacionado também ao narrar sentimentos e reivindicações sociais. No entanto, torna-se evidente que as pichações como dimensão de pertencimento, não é sinônimo de relativizar e legalizar o vandalismo nos painéis rupestres, dado que, este é um dos piores danos que os registros rupestres podem sofrer, e que são resultado da ausência de uma educação patrimonial sólida que sinalize o quão importante é aquele patrimônio arqueológico.

4. RESSONÂNCIA SOCIAL E IDENTITÁRIA

Sobre as perceptivas de Gonçalves (2005), o patrimônio está relacionado a herança familiar, histórica de um país ou de uma sociedade. Entretanto, quando determinado patrimônio não possui o respaldo da população a que está direta ou indiretamente relacionado, pode ocorrer a ausência de uma visão do local como um patrimônio por parte da sociedade que o rodeia. De acordo com Gonçalves (2005, p.19), os “objetos que compõem

um patrimônio precisam encontrar “ressonância” junto a seu público”. Ou seja, é necessário que os moradores de Tanque Novo reconheçam os sítios arqueológicos em apreço como um bem patrimonial extremamente importante, por ser uma herança e modo de vida.

O conceito de ressonância que utilizamos, refere-se;

ao poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante. (Greenblatt, 1991, *apud* Gonçalves, 2005, p.17)

Basicamente, quando o artefato "ressoa", ele transcende sua estrutura material, passando a caracterizar algo mais profundo. Quando os indivíduos passam a interagir com o objeto, não observam somente o que é, mas também o que ele simboliza, seu contexto social e cultural. Para o âmbito patrimonial esta ressonância é extremamente importante para que haja um cuidado com o bem. De acordo com Gonçalves (2005), além desse patrimônio ter um respaldo do Estado, é imprescindível também o reconhecimento da população, pois a ausência de identidade e reconhecimento pode gerar um esquecimento e degradação do patrimônio. Para “iluminar determinados aspectos da vida social e cultural, especificamente sua ressonância” (Gonçalves, 2005, p.27). E analisamos este conceito através da aplicação do questionário em Tanque Novo, município que se localiza os dois sítios rupestres.

4.1 Percepção da comunidade: Vozes, silêncios e memórias sobre os sítios arqueológicos no Morro do Serrote I e II como espaço de afirmação ou indiferença;

Tabela 1: Relatos dos moradores sobre a do patrimônio arqueológico Morro do Serrote

| |
|--|
| Você possui algum relato sobre a história do patrimônio arqueológico Morro do Serrote? |
| Não (77 respostas) |
| “Que lá neste local existia povos muito violentos e bravos.” |
| “Que lá tem pinturas de um povo que antigamente era muito bravo e todos tinham medo de chegar perto, era muito perigoso aproximar lá.” |
| “Os mais velhos contam que os índios passaram por aquele local, inclusive lá tem uma oca que constam que foi lá que eles dormiram, as pinturas rupestres são as provas de sua passagem, isso porque a tinta utilizada foi de um período bem antigo, que mesmo muitos anos depois não se apagou, continua intactas.” |

“Infelizmente, não tenho acesso a essas pinturas arqueológicas, e também não sei exatamente onde ficam. Conheço apenas o outro lado, que inclui o lago, as pedras e o pequeno morro que existe na região. Porém, essas pinturas arqueológicas são algo que ainda não conheço.”

Fonte: Questionário aplicado, 2025.

A tabela apresenta as respostas se os entrevistados tinham alguma memória ou história do patrimônio arqueológico Morro do Serrote I e II. Nesta pergunta houve uma quantidade muito baixa de respostas, somente 86 pessoas responderam, sendo que destas 77 responderam que “não tenho”, “nunca estive no local” ou até que “nunca tive a oportunidade ou condições de ir no local”, desta forma agruparam-se as respostas de conho semelhante a “Não”.

Nesta tabela, ainda foram obtidas respostas interessantes como; “Que lá neste local existia povos muito violentos e bravos”, outra muito semelhante “Que lá tem pinturas de um povo que antigamente era muito bravo e todos tinham medo de chegar perto, era muito preguiçoso aproximar lá.”. Evidenciando um estereótipo sobre os povos originários que viveram naquele ambiente. Outra resposta foi a seguinte “Os mais velhos contam que os índios passaram por aquele local, inclusive lá tem uma oca que constam que foi lá que eles dormiram, as pinturas rupestres são as provas de sua passagem, isso porque a tinta utilizada foi de um período bem antigo, que mesmo muitos anos depois não se apagou, continua intactas.” A supostasocas não existe, a não ser que o entrevistado tenha se referido aos abrigos sobre rochas. E a última resposta que nos chama atenção foi, o entrevistado narrou que não tem acesso as pinturas arqueológicas, e também não conhecem, e só tem conhecimento, a parte que inclui o lago, as pedras e o pequeno morro que existe na região.

4. 2 Ressonância na comunidade local

A partir dos estudos feitos em Gonçalves (2005), é perceptível que um bem patrimonial ressoa quando ele ultrapassa a estrutura material, passando a caracterizar algo mais profundo. Desta forma, nas entrevistas foi possível ver a percepção da comunidade (Gráficos 3, 6 e 7 e tabela 1) que se encontra em três estágios de ressonância, o primeiro é a alta ressonância afetiva e simbólica, onde se atesta um orgulho do território, a segunda foi notório uma ressonância moderada, com influência percebida como sutil ou simbólica, e o último estágio é a baixa ressonância, que foi notório um baixo acesso e oportunidade a informação.

O primeiro estágio de ressonância é percebido quando quase metade os entrevistados, 46,6% (gráfico 3), reconhecerem que o patrimônio arqueológico do Morro do Serrote tem

influência significativa na identidade no município. Ou seja, esse percentual acredita que os bens arqueológicos possuem uma ressonância significativa em suas vidas.

Gonçalves, ao afirmar que “cada instituição construiria no presente o seu patrimônio, com o propósito de articular e expressar sua identidade e sua memória.” (2002, p.19). Desta forma, os dados expostos comprovam o reconhecimento da importância dos patrimônios arqueológicos nos lança luz de como patrimônio é no presente, tornando-se um símbolo de identidade. Para consolidar esses dados 49,6% (gráfico 6) responderam que o patrimônio arqueológico é uma fonte de orgulho para os moradores o Município.

O segundo estágio, ressonância moderada, como se pode analisar que a parcela dos entrevistados que não desconhece o bem, mas este não ressoa de forma tão expressiva no seu cotidiano, como podemos observar quando 24,6% (gráfico 3) responderam dessa maneira. Além desse dado, 32,2% (gráfico 6) afirmaram que em certa medida, mas não totalmente, consideram o bem uma fonte de orgulho.

O último estágio de ressonância é aquele, como estudamos em Gonçalves (2002), quando o patrimônio não encontrar respaldo ou reconhecimento da população, por diversos fatores como a ausência ressonância dos sítios arqueológicos na vida dos munícipes ou pela ausência de contato. A princípio, como se pode analisar 77 (tabela 1) pessoas responderam que não possui nenhuma história ou contato com os patrimônios arqueológicos, por diversos fatores, mas o mais recorrente foi não ter condições de acesso com o espaço. Outro fato que caracteriza a fragilidade de ressonância foi 14,8 % narrar que a área não tem influência significativa na identidade no município e que o mesmo não é uma fonte de orgulho (11,4% gráfico 6).

Com estes dados expostos, torna-se verificável que esse último estágio de ressonância mostra como o patrimônio pode ressoar na comunidade, mas de maneira desigual, onde ainda é necessário fortalecer os laços dos moradores com os sítios arqueológicos Morro do Serrote I e II por meio de ações educativas que fortaleçam essa identificação e ampliem o sentimento de pertencimento. Pois como Gonçalves (2002) chama a atenção o patrimônio quando não encontra reconhecimento social, de nada adianta tombar o patrimônio não é suficiente para que ele tenha valor simbólico ou afetivo.

5. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO DIÁLOGO

Vasconcellos (2019) historiam que, no Brasil, as discussões sobre a educação patrimonial surgem a partir de 1983, no momento da realização um seminário organizado no

Museu Imperial de Petrópolis por Maria de Lourdes Parreiras Horta. Os diálogos giraram em torno da importância da preservação de monumentos e objetos culturais para o nosso país, além de definir ações educacionais. Coutinho traz que a educação patrimonial foi “baseada em pedagogias para o aprendizado da herança cultural” (2023, p.47), ou seja, passar de forma educacional medidas de conduta e preservação patrimonial, esta que se torna o principal agente de aproximação entre as comunidades com os seus patrimônios (Coutinho, 2023). Como Florêncio narra;

A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural (Florêncio *et. al.*, 2014, p. 19).

O que fica evidente é que, através da educação patrimonial, a sociedade cria laços de pertencimento, apropriação e preservação a partir da aquisição de conhecimentos históricos e culturais, “para a valorização de suas raízes e de seu patrimônio cultural”. (HORTA, 1999, p. 40). Conforme o Guia Básico de Educação Patrimonial “[...]o trabalho de educação patrimonial busca levar as crianças e os adultos para um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural” (HORTA, 1999, p. 6), fazendo-os utilizar o patrimônio de forma mais consciente, que faça a transmissão desse conhecimento de geração a geração.

Durante a entrevista feita com os moradores do município de Tanque Novo, quando perguntamos se estes sabiam “quais são os principais patrimônios históricos e culturais da cidade?”, 45,8% (Gráfico 1) responderam positivamente. No entanto, a quantidade de pessoas que dizem ter alguma noção, mas não estão familiarizadas com esses bens culturais 37,7%. Desses, 40 % ainda estão cursando o Ensino Médio ou o Ensino Fundamental II (de 10 a 20 anos), justamente o público que deveria estar sendo mais estimulado a reconhecer e valorizar o patrimônio da cidade pela rede de ensino. Somando com os 16,5% que afirmaram não saber, temos um total de 54,2% da população que tem informações fragmentadas sobre os patrimônios históricos do município.

Ainda sobre o grau de conhecimento, perguntamos em específico se as pessoas sabem que Sítio Arqueológico Morro do Serrote é um patrimônio arqueológico e material (gráfico 2). Os dados mostram que a maioria dos entrevistados - 67,8% sabe que os sítios são

patrimônios arqueológicos, sendo um dado um tanto positivo. Todavia, ainda é preocupante a quantidades de participantes que afirmaram não saber 32,2% (76 pessoas) que o sítio é um patrimônio histórico, principalmente por 43,4 % (33), quase metade, dos afirmaram não saber são estudantes. Revelando uma fragilidade no processo de educação patrimonial, evidenciando a necessidade urgente de fortalecer ações educativas voltadas ao patrimônio cultural, principalmente nas escolas, a fim de garantir que as futuras gerações conheçam, respeitem e se identifiquem com a história de Tanque Novo.

Outro dado imprescindível que analisa a educação patrimonial do município refere-se ao conhecimento que a população tem sobre as pinturas rupestres (Gráfico 5). Embora a maioria (54,3%) tenha respondido afirmativamente, os dados revelam que 45,7% dos entrevistados não sabiam que os sítios arqueológicos no Morro do Serrote abrigam desenhos rupestres que comprovam a presença indígena anterior à chegada dos portugueses, o alto índice de desconhecimento é um indicativo de fragilidade no acesso à informação histórica e arqueológica. Tal cenário evidencia uma lacuna na difusão de saberes sobre os patrimônios históricos e materiais, que deveriam ser reconhecidos e valorizados. O desconhecimento sobre a existência de vestígios indígenas no próprio território aponta novamente para a ausência de práticas de educação patrimonial eficazes, tanto no contexto escolar quanto nas ações culturais da cidade.

5.1 Revivendo memórias: a educação patrimonial como ponte da nossa herança

O Morro do Serrote é um lugar que vivencio desde criança, assim como as pinturas rupestres presentes naquele local. Elas sempre chamaram muita atenção. No segundo ano do ensino médio, tive a oportunidade de estar presente em uma aula de campo, quando dois professores propuseram para nossa turma irmos a este lugar e observarmos o patrimônio. Durante a visita, meus professores explicaram a importância da preservação. Após essa aula de campo, comecei a olhar o patrimônio de uma maneira diferente, pois frequentemente o visitava com minha família, mas nunca imaginei como seria aquele morro com pessoas morando nele em um passado distante.

A partir dessa aula de campo, nasceu o desejo de continuar visitando os sítios, imaginando aquelas pessoas em suas vidas cotidianas; caçando, coletando, pescando e se protegendo nos abrigos formados pelas rochas, enquanto deixavam impressões de si mesmas por meio da arte rupestre.

A experiência da aula de campo proporcionou compreender melhor os povos originários que ali viveram. Destarte, quando ingressei na graduação, já sabia que gostaria de me dedicar a um tema relacionado a esse lugar. Inclusive, desenvolvi um projeto na área da educação patrimonial sobre os sítios arqueológicos do Morro do Serrote, sob orientação do professor Dr. Zezito Rodrigues da Silva, no âmbito da Oficina de Patrimônio e Cultura - uma das ações do projeto de extensão realizado pelo Laboratório de Oralidade e Imagem da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Campus VI, em Caetité. Tudo isso foi fruto de uma boa aula de campo.

Entretanto, retomo neste momento, a fala do Diretor de igualdade racial do município, quando ele afirma não ter implementado projetos educativos devido à ausência de profissionais especializados na área. No entanto, ainda ocorrem as visitas das escolas aos sítios arqueológicos. Essa prática gera ações irregulares de estudantes e professores que por causa de uma ausência de educação patrimonial sólida, não sabem como se comportar, assim a aula de campo não se torna sólida.

Como é perceptível na imagem a seguir (figura 10), as crianças sobem em cima da pedra e tocam nas pinturas rupestres, uma conduta inadequada, pois descaracteriza e danifica as artes. Outro ponto é a ausência de proteção para as crianças, pois a pedra não é totalmente estável, e nenhuma criança presente na imagem utiliza capacetes de proteção.

Figura 10: aula de campo feita pela Escola Municipal de Lagoa Nova



Fonte: Prefeitura municipal de Tanque Novo.

<https://www.instagram.com/e.m.lagoanova/p/DJXFnlYRYi>

Desse modo, é necessário a prática de educação patrimonial, porém com acompanhamento de um profissional da área para que ações com vistas acima (figura 10) não se repita novamente. A partir dessa prática adequada, ocorre o enriquecimento memorial, individual, coletivo e a valorização do sítio arqueológico Morro do Serrote por seus conterrâneos.

As ações da educação patrimonial, podem ser desenvolvidas por meio da valorização patrimonial, iniciando condutas de como se comportar frente ao bem patrimonial. Torna-se importante, inicialmente, um conhecimento teórico que incorpore tanto a arte rupestre quanto as inscrições recentes (pichações). A observação de imagens dos sítios arqueológicos seria o melhor ponto de partida, apresentando também os danos antrópicos que além de ser uma prática que danifica as pinturas, por isso deve ser evitada, é vista sob outra ótica como um espaço de pertencimento e apropriação.

Dessa forma, os alunos compreendem que ambas as manifestações refletem contextos sociais e históricos distintos, mas compartilham a necessidade humana de marcar presença e comunicar. Essas ações podem ser incorporadas ao currículo escolar com temas patrimoniais, além da criação de parcerias entre a Prefeitura, a UNEB e o MASB, trazendo a sinalização educativa nos sítios e produção de material didático. Após esta análise teórica, deve ser feita a aula de campo para que a teoria e a prática se liguem e tornem o contato do estudante mais consistente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, podemos notar, ainda que de forma introdutória, a presença de populações originárias no município, porém suas histórias não estão presente nas narrativas oficiais de Tanque Novo. Essa análise evidencia diversos fatores que contribuem para a desvalorização e apagamento dessas comunidades, sendo o principal deles a predominância de uma história construída pela elite, no qual a habitação do território era atribuída apenas à criação de uma fazenda dos irmãos Prudêncio e Juvêncio Alvez Carneiro⁷, elite local, sem qualquer menção aos grupos indígenas que habitaram o território. Desta forma, os únicos vestígios conhecidos dessas populações até o momento são as artes rupestres, e a ausência de estudos mais aprofundados nos sítios cria lacunas significativas quanto à compreensão da história dessas ocupações.

⁷ Disponível em: https://camaratanquenovo.ba.gov.br/texto/a_camara . Acesso 14 nov 2025.

Ao trabalhar com os sítios arqueológicos Morro do Serrote I e II, torna tangível que, os resultados encontrados das entrevistas evidenciam que apesar dos moradores do município terem certos conhecimentos sobre o patrimônio, ainda há lacunas significativas no que se refere à educação patrimonial e à conscientização coletiva. Os dados obtidos nas interlocuções realizadas evidenciam o vínculo afetivo com o território e o tempo de permanência na cidade influenciam diretamente na percepção sobre o patrimônio e na formação da identidade cultural.

Ao observarmos como autoridades públicas tratam os patrimônios, percebe-se que as ações são insuficientes para garantir a preservação e a valorização desses bens, os quais se encontram em uma tenção entre a preservação e a intervenção, gerada pela ausência de políticas públicas eficazes e de uma educação patrimonial contínua. Embora esses sítios sejam bens acautelados pelo Estado e reconhecidos pelo IPHAN, ainda carecem de ações de conservação, fiscalização e valorização, tanto no âmbito arqueológico quanto natural. É verificável o grande aumento de agente poluidores, recorrente a visitação desordenada, sem o acompanhamento de guias especializados.

A pesquisa apresentou como a ressonância do patrimônio reflete na sociedade local, que, mesmo de forma desigual, está ainda se faz presente. Parte dos moradores reconhece os sítios como elementos da identidade e fontes de orgulho, enquanto outra esfera da sociedade desconhece esses bens. Evidenciando, a ágil necessidade de iniciativas educativas e culturais voltadas ao pertencimento, sensibilização e identidade.

Aqui podemos observar que a preservação dos sítios arqueológicos Morro do Serrote I e II depende não apenas da aplicação da legislação e da atuação do Estado, mas também a conscientização social sobre o valor simbólico e histórico desses bens. Desta forma, proteger o patrimônio transcende a conservação, adaptando-se à esfera de salvaguardar a memória coletiva e reafirmar a identidade cultural de Tanque Novo, garantindo que as marcas do passado continuem a fazer parte do presente das futuras gerações.

Em síntese, este trabalho representa um passo inicial, que ainda deve ser muito aprofundado sobre a presença das comunidades indígenas na história na cidade de Tanque novo. Futuras investigações poderão contribuir para a valorização dos sítios arqueológicos no Morro do Serrote I e II. Os patrimônios arqueológicos ainda são pouco estudados, este pode expor um leque de informações até o momento desconhecidas, capazes de enriquecer a história de Tanque Novo, trazendo um passado bem mais remoto do que é apresentado como narrativa oficial da história do município.

Por fim, diante das informações expostas, conclui-se que ainda há muito que ser explorado nos sítios arqueológicos Morro do Serrote I e II, para que possamos reescrever nossa história. Evidenciar que estes vestígios narram a presença de seres humanos que vieram muitos antes de nós e que estes devem ser respeitados, valorizados e lembrados. Para que, seja possível minimizar o quão devastador foram os impactos sofridos pelas comunidades originárias, ao mesmo tempo reafirmando o quão estes povos eram brilhantes, deixando suas artes como marcas de presença.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Oriana Trindade; RIVERO, Sérgio; OLIVEIRA, Claudia. Danos antrópicos dos sítios arqueológicos dos Cariris Velhos da Paraíba (Paper 537). Papers do NAEA, v. 1, n. 1, 2022.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 nov. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União, 6 dez. 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 11 nov. 2025.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Cadastro de Sítios Arqueológicos / CNSA – Detalhes n° 1356. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalhes.php?1356. Acesso em: 11 nov. 2025.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Cadastro de Sítios Arqueológicos / CNSA – Detalhes n° 1357. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalhes.php?1357. Acesso em: 11 nov. 2025.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Patrimônio Natural. Portal IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/414>. Acesso em: 11 nov. 2025.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Portaria n.º 375, de 19 de setembro de 2018: institui a Política de Patrimônio Cultural Material do IPHAN e dá

outras providências. Brasília: IPHAN, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/centrais-de-conteudo/legislacao/atos-normativos/2018/portaria-no-375-de-19-de-setembro-de-2018>. Acesso em: 11 nov. 2025.

BRASIL. Lei n.º 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Diário Oficial da União, Brasília, 27 jul. 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/13924.htm. Acesso em: 11 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016. Diário Oficial da União, Brasília, 28 abr. 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_137_de_28_de_abril_de_2016.pdf. Acesso em: 11 nov. 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE TANQUE NOVO. A Câmara. Disponível em: https://camaratanquenovo.ba.gov.br/texto/a_camara. Acesso em: 14 nov. 2025.

CANCLINI, Néstor García. Patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 23, p. 95-115, 1994.

CARTA, DE LAUSANNE. Carta para a Proteção e a Gestão do Patrimônio Arqueológico. ICOMOS/ICAHM, 1990. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do>.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. História (São Paulo), v. 30, p. 349-371, 2011.

COMERLATO, Fabiana. Relatório final: salvamento e monitoramento arqueológico no traçado da rodovia BA-148 (Rio de Contas–Jussiapé). Salvador: MAE/UFBA, 2008. (digit.

COUTINHO, H. R. do N.; SILVA, A. S. N. F. da; SOUZA, L. C.; ROCHA, L. C. M. da. Reflexões sobre Arqueologia Pública, Educação Patrimonial e o “Saber de Experiência” no ato de educar para o Patrimônio. São Raimundo Nonato: Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), 2023.

CUNHA, Manuela Carneiro. Introdução a uma história indígena. In: CUNHA, Manuela Carneiro (org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DANTAS, Beatriz G.; SAMPAIO, José Augusto L.; CARVALHO, Maria Rosário G. de. Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico. *História dos índios no Brasil*, v. 2, p. 431-456, 1992.

ETCHEVARNE, Carlos Alberto; COSTA, Carlos; COMERLATO, Fabiana. *Conhecendo a Arte Rupestre*. ResearchGate, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/370940362_Conhecendo_a_Arte_Rupestre. Acesso em: 13 out. 2025.

FLORÊNCIO, S. R. R.; CLEROT, P.; BEZERRA, J. I. M.; RAMASSOTE, R. *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília, DF: IPHAN/DAF/Cogedip/CEDUC, 2014.

FUNARI, Pedro Paulo A. *A Arqueologia*. São Paulo: Contextos, 2003.

GONÇALVES, J. R. S. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2002.

GONÇALVES, J. R. S. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan./jun. 2005.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Bahia | Tanque Novo | História & Fotos. Cidades@. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/tanque-novo/historico>. Acesso em: 11 nov. 2025.

ISNARDIS, Andrei. Pinturas rupestres urbanas: uma etnoarqueologia das pichações em Belo Horizonte. *Revista de Arqueologia*, v. 10, p. 143-161, 2015.

JUSTAMAND, Michel. As pinturas rupestres do Brasil: memória e identidade ancestral. *Revista Memorare*, v. 1, n. 2, p. 118-141, 2014.

LEAL, Ana Paula da Rosa; SILVA, Francini Medeiros da (org.). *Diretrizes para Preservação de Bens Arqueológicos Móveis*. Brasília: IPHAN, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/ptbr/patrimoniocultural/patrimonioarqueologico/diretrizes_preservacao_bens_arqueologicos_moveis.pdf. Acesso em: 13 out. 2025.

LIMA, Tania Andrade. Um passado para o presente: preservação arqueológica em questão. *Revista do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional*, p. 5-20, 2007.

MIGLIACIO, Maria Clara. O caráter público do patrimônio arqueológico: algumas questões para reflexão. *Fronteiras*, v. 6, n. 11, p. 59-78, 2002.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Posseiros, Rendeiros e Proprietários: Estrutura Fundiária e Dinâmica Agro-Mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)*. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

OLIVEIRA, Jorge Eremites. Sobre os conceitos de Etnoistória e História Indígena: uma discussão ainda necessária. ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História, João Pessoa, 2003.

OLIVEIRA, Umberto. Patrimônio Material e Imaterial – O que são? Diferenças e Exemplos. Disponível em: <https://www.educacaonamao.com.br/patrimonio-material-e-imaterial-o-que-sao/>. Acesso em: 13 ago. 2024.

SALADINO, Alejandra. Iphan, arqueólogos e patrimônio arqueológico brasileiro: um breve panorama. *Revista de Arqueologia*, v. 26, n. 2, p. 40–58, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.24885/sab.v26i2.381>.

SILVA, M. P. M. “Minha avó foi pega no laço”: a questão da mulher indígena a partir de um olhar feminista. In: *II Seminário Internacional de Pesquisa em Arte e Cultura Visual*, Goiânia, 2018. *Anais do Seminário Internacional de Pesquisa em Arte e Cultura Visual*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2018. p. 752–763.

STUCHI, Francisco Forte. *Licenciamento ambiental, arqueologia e territórios indígenas em Mato Grosso: patrimônio cultural ou despojos de guerra?* 2024. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024. DOI: 10.11606/T.71.2024.tde-07112024-111854.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. Arqueologia e educação patrimonial: a experiência do MAE-USP. *Revista CPC*, v. 14, n. 27, esp., p. 255-279, 30 ago. 2019. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v14i27espp255-279.

VIANA, Verônica et al. Arte rupestre. *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*, v. 2.

ZANIRATO, S. H. Usos sociais do patrimônio cultural e natural. Revista Patrimônio e Memória. UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 5, n. 1, p. 137-152, out. 2009. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/145/52>.

ANEXOS

ANEXOS A –Fotografias do Sítio Arqueológico Morro do Serrote I após aDStretch





ANEXOS B –Fotografias do Sítio Arqueológico Morro do Serrote II após aDStretch





UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB

Autorização Decreto nº 9237/86. DOU 18/07/96. Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
CAMPUS VI - CAETITÉ/BA

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PLÁGIO

Eu, Alanda Carneiro Batista estudante do curso de Licenciatura em História da UNEB, Campus VI, Caetité, declaro para os devidos fins, que o trabalho de conclusão de curso (TCC) intitulado HERANÇAS DO SERTÃO: A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO MORRO DO SERROTE é de minha autoria. Declaro ainda que os trechos e citações de terceiros presentes no texto estão devidamente referenciados conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e que assumo inteira e total responsabilidade em caso de identificação de plágio, sujeitando-me às penas previstas no Código Penal Brasileiro.

Caetité, 20/01/2026.

Documento assinado digitalmente
gov.br ALANDA CARNEIRO BATISTA
Data: 20/01/2026 23:30:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Alanda Carneiro Batista – 062210111

Nome do(a) Discente – N° de Matrícula



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB

Autorização Decreto nº 9237/86. DOU 18/07/96. Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
CAMPUS VI - CAETITÉ/BA

DECLARAÇÃO DE (NÃO) USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Eu, Alanda Carneiro Batista estudante do curso de Licenciatura em História da UNEB, Campus VI, Caetité, declaro para os devidos fins, que o trabalho de conclusão de curso (TCC) intitulado HERANÇAS DO SERTÃO: A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO MORRO DO SERROTE é de minha autoria.

Considerando que recursos de inteligência artificial **não devem ser utilizados na escrita/produção da redação final do trabalho** de conclusão de curso, declaro também que durante a produção do texto:

NÃO houve o uso de inteligência artificial

SIM, houve o uso de Inteligência artificial. (Neste caso, informe abaixo o uso que foi feito e quais recursos foram utilizados, sabendo que a IA **não deve ser utilizada para escrita do texto**)

A Inteligência artificial foi usada no texto para:

- revisão linguística do texto
- elaboração de imagens e gráficos
- tradução
- Outros (especificar) _____

Cite os recursos de IA que foram utilizados (ex: Chat GPT)

Documento assinado digitalmente
gov.br ALANDA CARNEIRO BATISTA
Data: 20/01/2026 23:28:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Caetité, 20/01/2026.

Alanda Carneiro Batista – 062210111

Nome do(a) Discente – Nº de Matrícula